



Universidade de Brasília
Faculdade de Comunicação
Departamento de Jornalismo

CÊ É ERRADO

**Um documentário sobre agroecologia e conservação
do Cerrado na APA Nascentes do Rio Vermelho**

Mariana Bitencourt Santos

Brasília (DF), novembro de 2020



Mariana Bitencourt Santos

Memorial do Produto:

CÊ É ERRADO

**Um documentário sobre agroecologia e conservação
do Cerrado na APA Nascentes do Rio Vermelho**

Memória do projeto experimental apresentado à Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, sob orientação do professor Sérgio Ribeiro de Aguiar Santos.

Brasília (DF), novembro de 2020.

COMER É UM ATO POLÍTICO

“Os sistemas alimentares que queremos são aqueles que produzem comida de verdade no campo e na cidade, que valorizam a agrobiodiversidade, os alimentos *in natura* e regionais, com o protagonismo das mulheres, o respeito à ancestralidade negra, indígena e às tradições de todos os povos e comunidades tradicionais, além do resgate das identidades, memórias e culturas alimentares próprias da população brasileira. Comida de verdade não mata nem por veneno, nem por conflito.”

Carta Política do IV Encontro Nacional de
Agroecologia, Belo Horizonte, 2018

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à equipe de grandes amigos e incríveis comunicadores do "Cê é errado", pela disposição em trabalhar voluntariamente pelo projeto: Thales Alves, Saulo dal Pozzo, Isadora Castelo Branco, Rubens Souza, Maíra Franco Netto, André Duarte, Ana Clara Rabello, Gu da Cei, João Henrique Valadares, Lígia Muchagata, Roberto Zens e Rodrigo Velho;

Aos habitantes da APA Nascentes do Rio Vermelho, especialmente a cada um dos entrevistados, por cuidar deste precioso território com muito amor, receber nossa equipe com carinho e compartilhar suas histórias conosco;

Ao Núcleo Técnico da Faculdade de Comunicação, à Ananda e à equipe do projeto TerraMar (GIZ), pela confiança no empréstimo de equipamentos. Ao Hugo por me ajudar com os mapas, ao Victor por escrever comigo a reportagem para o Joio e o Trigo e ao Icaro por tanto me orientar e incentivar a ser ambientalista e trabalhar com agroecologia;

Aos colaboradores do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA UnB), por me levarem até os assentamentos de Mambai, pelo apoio na produção do documentário e por todas as vivências que pude aprender muito com a agroecologia, este movimento amplo, que tanto me identifico e irei trabalhar como comunicadora por toda a vida;

À Faculdade de Comunicação, em especial aos professores Sérgio Ribeiro e Fernando Paulino e à querida eterna orientadora Célia Matsunaga, por acreditarem no meu potencial e me incentivarem a seguir meu caminho enquanto pesquisadora e comunicadora;

À Universidade de Brasília, primeiramente pelo privilégio de estudar durante 5 anos em uma das melhores instituições pública de ensino superior do país, por toda formação política que recebi, pelas disciplinas maravilhosas que cursei, pelas vivências enquanto extensionista de vários projetos, pelas festas e diversões, e, acima de tudo, pela oportunidade de ir para a Amazônia como pesquisadora em 2017 e 2019, sempre inspirada pelo mestre Darcy Ribeiro;

À minha família (mamãe, papai, titia, Cadu, Isadora e Saulo) e amigos pessoais que me acompanharam não só nos dois anos de produção do "Cê é errado", mas durante toda a minha jornada acadêmica, proporcionando base emocional, financeira e intelectual para concluir meu curso e seguir meu caminho;

Por fim, GRATIDÃO ao Cerrado, à Amazônia, à Mãe Terra e aos povos da floresta, por resistirem com força e sabedoria a todos os ataques etnocidas sofridos em nosso território desde a colonização, e por oferecerem ao mundo comida de verdade e medicinas naturais para que possamos seguir com vida neste planeta.

RESUMO

“Cê é errado” é um documentário sobre agroecologia e conservação do cerrado na Área de Proteção Ambiental das Nascentes do Rio Vermelho, localizada no Nordeste do Goiás, Brasil, em uma das faixas de cerrado mais preservadas do país. Ao mesmo tempo, Mambai (GO), cidade de 8 mil habitantes situada dentro da APA, está inserida no corredor da miséria do estado do Goiás devido ao seu baixo IDH (0.62). Para o presente Trabalho de Conclusão de Curso, foi realizada a produção de um documentário com o objetivo de, através de entrevistas com agricultores, representantes de instituições e outros atores-chave da região, apresentar um pouco dos desafios vividos pela comunidade local a partir dos prejuízos socioambientais causados pela expansão da fronteira agrícola advinda do oeste baiano. O incentivo à agroecologia, ao ecoturismo e à valorização da sociobiodiversidade é o principal caminho sugerido no filme para promover a conservação do Bioma Cerrado e dos saberes da população local.

Palavras-chave: Documentário; APA Nascentes do Rio Vermelho; Agroecologia.

ABSTRACT

"You are wrong" is a documentary about agroecology and conservation of the cerrado in the Environmental Protection Area (APA) of the Rio Vermelho Sources, located in the Northeast of Goiás, Brazil, in one of the most preserved cerrado areas in the country. At the same time, Mambai (GO), a city of 8 thousand inhabitants located within the APA, is included in the poverty corridor of the state of Goiás due to its low Human Development Index (HDI = 0.62). For the present Course Conclusion Work, this documentar was produced to present some of the challenges experienced by the local community from the socio-environmental damage caused by the expansion of the agricultural frontier from the west of Bahia state, through interviews with professors and representatives of institutions and other actors in the region. Encouraging agroecology, ecotourism, and valuing socio-biodiversity is the main form suggested in the film to promote the conservation of the Cerrado Biome and the knowledge of the local population.

Key words: Documentary, APA Nascentes do Rio Vermelho, Agroecology.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1: Localização do município de Mambaí (GO) e divisa do estado do Goiás com a Bahia..... | 2 |
| Figura 2: Remanescente de Vegetação e Áreas Protegidas de Cerrado..... | 8 |
| Figura 3: Limites da APA Nascentes do Rio Vermelho..... | 9 |
| Figura 4: Grupo de comunitários capacitados pelo CCB em julho de 2019..... | 18 |
| Figura 5: Cachoeira do Funil, Mambaí (GO)..... | 23 |
| Figura 6: Tabela de gastos do documentário..... | 27 |
| Figura 7: Sala de aula do Colégio Estadual Sebastião Moreira da Silveira com os estudantes durante a Oficina..... | 29 |
| Figura 8: Dona Santa e Valdo, seu companheiro, mostrando as sementes do cerrado à equipe do documentário..... | 30 |
| Figura 9: Logomarca “Cê é errado”..... | 31 |

SUMÁRIO

| | | |
|-----------|---|-----------|
| 1. | INTRODUÇÃO..... | 1 |
| 2. | REFERENCIAL TEÓRICO..... | 4 |
| 2.1. | O Documentário..... | 4 |
| 2.2. | Agroecologia..... | 5 |
| 2.3. | Temas abordados na narrativa..... | 6 |
| 2.3.1. | Apresentação | |
| 2.3.1.1. | O Bioma Cerrado..... | 7 |
| 2.3.1.2. | APA Nascentes do Rio Vermelho..... | 8 |
| 2.3.1.3. | Mambai e o Nordeste Goiano..... | 10 |
| 2.3.1.4. | População Rural..... | 11 |
| 2.3.2. | Desenvolvimento | |
| 2.3.2.1. | Expansão da fronteira agrícola e Agronegócio..... | 13 |
| 2.3.2.2. | Águas e nascentes..... | 14 |
| 2.3.2.3. | Produção Alimentar..... | 15 |
| 2.3.2.4. | Agrotóxicos..... | 16 |
| 2.3.2.5. | Agroecologia e Universidade de Brasília..... | 17 |
| 2.3.2.6. | Problemas sociais..... | 18 |
| 2.3.3. | O Futuro | |
| 2.3.3.1. | Valorização da Sociobiodiversidade..... | 21 |
| 2.3.3.2. | Ecoturismo..... | 22 |
| 2.3.3.3. | Revolução Agroecológica..... | 23 |
| 3. | MEMÓRIA DE PRODUÇÃO..... | 25 |
| 3.1. | Pré-produção..... | 25 |
| 3.2. | Produção..... | 28 |
| 3.3. | Pós-produção..... | 30 |
| 4. | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 32 |
| 5. | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 35 |

1. INTRODUÇÃO

No Nordeste Goiano é encontrada uma das faixas de cerrado mais protegidas do Brasil, e uma das mais ameaçadas. Essa região do estado do Goiás é uma das últimas que ainda não foi invadida para a expansão da fronteira agropecuária de larga escala (Grando, 2007). É na Área de Proteção Ambiental das Nascentes do Rio Vermelho que se passa o documentário “Cê é errado”, um filme sobre agroecologia e conservação do bioma cerrado. A primeira versão do filme está disponível no link: <https://drive.google.com/file/d/1ujANtmmdm6uxG7BbJINqtZ0Je5DUZ4GR/view?usp=sharing>

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi idealizado a partir de uma primeira saída de campo, realizada em abril de 2018, até assentamentos da reforma agrária localizados em Mambaí (GO), coordenada pelo Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica da Universidade de Brasília (NEA-UnB). Nessa ocasião, um grupo de extensionistas, entre professores e estudantes do NEA-UnB, baseados na metodologia da pesquisa-ação¹, aplicaram questionários para a realização de um diagnóstico sobre a situação de soberania alimentar, hídrica e energética das famílias de agricultores que moram nos Projetos de Assentamento (PA) Mambaí, Paraná e Capim de Cheiro.

A equipe de extensão rural entrou em contato com populações extremamente pobres, cuja alimentação era baseada muitas vezes em arroz, feijão e carne, mesmo sendo moradores de propriedades com área disponível para plantio e extrativismo de frutos do cerrado (cada lote dos assentamentos tem tamanho de 70 hectares). Neste contexto, as pessoas relataram casos de câncer, desnutrição e intoxicação por uso de agrotóxicos nas grandes fazendas da região, falta de acesso à educação e saúde de qualidade e descaso dos órgãos ambientais quando se trata de assistência técnica para plantio e conservação ambiental. Desta forma, identificamos este conflito inserido em um contexto de superioridade econômica e de poder, que coloca em risco a sobrevivência das pessoas e do meio ambiente.

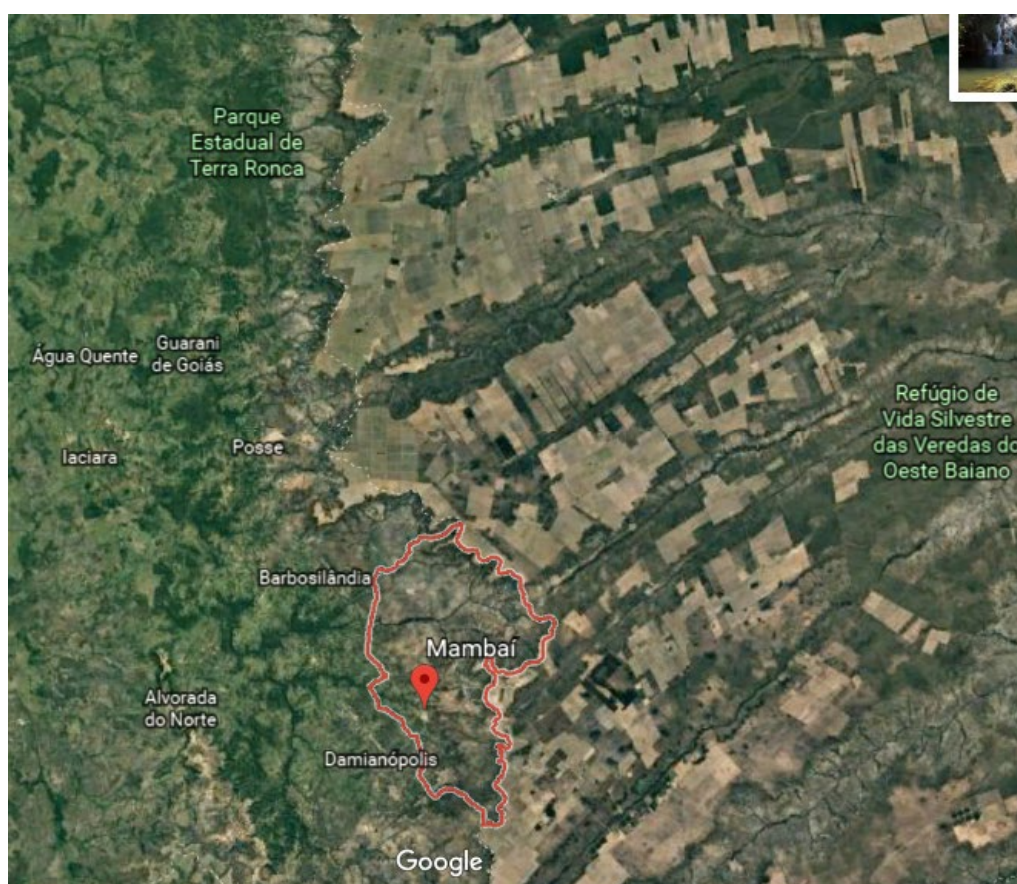
“Na maior parte dos casos, os conflitos socioambientais estão relacionados a contextos mais amplos ligados à realidade social, econômica e política da região (ou mesmo país) onde se desenvolvem. Interconectam entre si temas ligados à distribuição da riqueza, às expectativas de desenvolvimento de diferentes níveis territoriais, às políticas públicas que são o arcabouço institucional no qual ocorrem, aos espaços participativos da sociedade, dentre outros. Essa complexa rede de temas,

¹ O método chamado pesquisa-ação foi descrito (Torrezan, 2012) como projetos de intervenção sistemática que objetivam a transformação da realidade social desigual e excludente, tornando a prática objeto de “investigação-ação”. Tais projetos baseiam-se na valorização da cultura e dos saberes dos sujeitos pesquisados, estimulando o questionamento, a conscientização e a participação dos mesmos.

por sua vez, coloca diferentes interesses sociais em contato e caracterizam o universo dos conflitos socioambientais” (VARGAS, 2007 apud TRINDADE, 2016).

Os assentamentos do município de Mambai estão às margens da Serra Geral do Goiás, estrutura de relevo que divide os estados do Goiás e da Bahia. Do outro lado, está o famoso Oeste Baiano, com enormes latifúndios de monocultura, máquinas gigantes e altos lucros, mas com um mínimo de diversidade natural ou social. Esta é mais uma das inúmeras discrepâncias de concentração de terra e benefícios financeiros existentes na história do Brasil.

Figura 1: Localização do município de Mambai (GO) e divisa do estado do Goiás com a Bahia



Fonte: Satélite do Google Earth, 2018.

Na imagem de satélite acima, é possível visualizar nitidamente como se dá o avanço do agronegócio do Oeste Baiano. Ao lado esquerdo, está a APA Nascentes do Rio Vermelho, com a vegetação ainda muito preservada; e ao lado direito, estão grandes latifúndios de terras desmatadas destinadas ao agronegócio.

A vida de quem mora nos assentamentos é muito sofrida em relação às condições de miséria e abandono do Governo, mas, ao mesmo tempo, são comunidades que também convivem com uma imensa abundância de natureza, água e cerrado. A partir desta experiência de extensão vivenciada através do Núcleo de Agroecologia da UnB, este média documentário vem com a proposta de apresentar, por meio de um material audiovisual de cunho jornalístico, a realidade da região e a luta pela resistência da sociobiodiversidade² que esse território de cerrado carrega.

Sendo assim, nasceu “Cê é errado”, um documentário sobre agroecologia e conservação do Cerrado na APA Nascentes do Rio Vermelho, com o objetivo transmitir aos espectadores um pouco da energia desta que é uma das regiões de cerrado mais preservado do Brasil, localizada no Vão do Paranã, no Nordeste Goiano. A luta pela resistência da sociobiodiversidade deste território também é tema central e está presente no filme.

As questões ambientais são um tema incontornável em qualquer reflexão mais consciente sobre os caminhos e descaminhos da sociedade contemporânea (Welle, 2015). Portanto, a produção de um documentário se justifica como uma alternativa comunicacional e educacional que seja capaz de gerar reflexão e mudanças comportamentais, tanto para quem vive nessa região, quanto para quem mora nas cidades e necessita desenvolver mais empatia quando se trata da vida no campo.

Documentários são uma excelente contribuição para a sensibilização ambiental da população e fonte de informação, principalmente quando a linguagem audiovisual à temática é voltada para o meio ambiente. Para quem vive na cidade, visualizar o conflito apresentado por meio de imagens do campo é uma excelente forma de passar a mensagem ao público alvo. Além disso, outra motivação fundamental para a realização deste projeto foi a necessidade de criar conteúdo audiovisual para o movimento da agroecologia e disponibilizar o filme para ser utilizado como material didático-pedagógico pelo NEA UnB.

Considerando o grande desafio que é conciliar ocupação humana e conservação ambiental do Cerrado, um bioma que ocupa ¼ do país e é o berço das águas do Brasil, o grande desafio é fazer com que este documentário seja um conteúdo também educativo e que favoreça a socialização de informações, sejam elas científicas, culturais ou noticiosas, pensando em um público que seja não apenas a comunidade ambientalistas acadêmicos. Este projeto pretende, em conjunto com os moradores da região, valorizar a terra como um bem não apenas

² O conceito de sociobiodiversidade será melhor abordado na página 21 deste trabalho.

econômico (convertido em riqueza e em lucro individual), mas levando em conta que aquilo que está em jogo é a vida e a sobrevivência de todo o planeta.

Para o desenvolvimento desta produção, foi assumido que existe alguém errado nessa história. Assim o filme foi nomeado: “Cê é errado”. O jogo de palavras existente no dialeto caipira ao substituir “você” por “cê” encaixou com o nome da personagem principal do documentário: o Cerrado. Ao indicar “você é errado”, a equipe do filme parte da premissa de que quem privilegia o acúmulo de riquezas, a ganância e a destruição da natureza e da sociobiodiversidade brasileira (acima de tudo cerratense), é o personagem que está do lado errado dessa história, o inimigo da natureza, das águas e da população. Trata-se de um projeto com posicionamento político nítido: somos contrários ao agronegócio e favoráveis ao plantio de alimentos saudáveis, que gera renda para a população e preserva os saberes tradicionais.

A alternativa apresentada no documentário para manter o cerrado em pé é baseada no apoio ao turismo comunitário na APA Nascentes do Rio Vermelho, região com grande número de cachoeiras e cavernas, e no apoio à produção de alimentos pela agricultura familiar, pautada em sistemas de plantio agroecológicos e sustentáveis.

Com a ideia estruturada, através do apoio acadêmico e financeiro do Núcleo de Estudos em Agroecologia da UnB, e depois de encontrar a equipe técnica ideal de amigos e voluntários para realizar o filme, o documentário foi filmado em quatro saídas de campo para Mambai durante o ano de 2019 (duas destinadas à apuração de informações e outras duas às gravações) e finalizado em meio à pandemia do Coronavírus em 2020.

O presente texto apresenta os principais conceitos abordados no filme e descreve como foi processo de produção do documentário.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

“Cê é errado” é um projeto desenvolvido com base em dois conceitos essenciais: o documentário e a agroecologia. Além disso, este referencial teórico também conta com uma descrição sobre os principais temas abordados e pesquisados para a elaboração do roteiro do filme.

2.1 Documentário

“O cineasta deveria se sentir humilde por ter acesso a este meio de comunicação tão sofisticado, e considerá-lo um presente a ser utilizado para atingir um objetivo social. O cineasta etnográfico tem a responsabilidade de formar a sociedade em que vive a

respeito de outras alternativas da vida, sempre em direção à liberdade universal” (PRELORÁN, p. 17, 1985).

Considera-se o documentário um gênero cinematográfico utilizado para apresentar novas perspectivas sobre questões sociais, dando oportunidade a pessoas e a contextos invisibilizados de terem maior destaque em ambientes externos ao que se está envolvido. Produzir o “Cê é errado” foi uma oportunidade de a produção atuar como agente de pesquisa no ponto de vista jornalístico e etnográfico.

Como produto jornalístico, os documentários possibilitam a capacidade de ver questões oportunas que necessitam de atenção. O documentário tem a capacidade de abrir nossos olhos para mundos disponíveis para nós, mas que, por uma razão ou por outra, não eram percebidos (Barrow, 1993 apud Daniel, 2009).

Janaína Welle (2015) dialoga sobre as representações do meio ambiente no audiovisual, em especial em como as questões ambientais são abordadas ao longo da história do cinema no Brasil. A pesquisadora explica que o conceito de cinema ambiental é bastante impreciso e se rearranja de acordo com critérios e fronteiras estabelecidas por cada autor ou instituição:

“O meio ambiente sempre esteve presente no cinema. A necessidade de se enquadrar um filme na categoria de cinema ambiental é recente, influenciada principalmente pelo surgimento de Festivais de cinema ambiental em âmbito mundial, mas também por militantes, realizadores, jornalistas, produtoras e outras instâncias” (WELLE, p. 16, 2015).

A ideia de cinema ambiental está também ligada à emergência da temática ambiental na mídia devido à ampliação dos debates sobre o desenvolvimento sustentável e sobre as ameaças de extinção (Guido e Buzzo, 2011). O cinema é uma possibilidade de informação sobre a condição humana, tendo interdependência intrínseca com o ambiente, o filme pode ser usado como instrumento de manutenção ou transformação da sociedade, especialmente quanto à sensibilização pela causa ambiental (Welle, 2015).

Sobre a importância de documentar comunidades invisibilizadas, o cineasta Jorge Prelorán (1985) defende:

“As culturas tradicionais que demonstraram sua sabedoria evoluindo e sobrevivendo através dos séculos merecem ser documentadas, e deveriam servir de inspiração à humanidade moderna. As sociedades tradicionais têm muito a nos ensinar: sabem preservar seu meio ambiente, estão unidos por um forte vínculo de solidariedade e sabem compartilhar. A vida delas está sendo eliminada sistemática e rapidamente por nações preocupadas por questões urbanas, como também a fauna e a flora do nosso planeta estão sendo sistematicamente destruídas” (PRELORÁN, p. 19, 1985).

2.2 Agroecologia

A agroecologia é uma área do conhecimento ampla e essencial para a construção de um mundo melhor, ela centraliza na alimentação os cuidados relacionados à saúde do meio ambiente e dos seres humanos. O agrônomo Miguel Altieri (2012) apresenta a agroecologia a partir de um ponto de vista político e social:

“A Agroecologia fornece as bases científicas, metodológicas e técnicas para uma nova revolução agrária não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Os sistemas de produção fundados em princípios agroecológicos são biodiversos, resilientes, eficientes do ponto de vista energético, socialmente justos e constituem os pilares de uma estratégia energética e produtiva fortemente vinculada à noção de soberania alimentar” (ALTIERI, 2012, p. 15).

A partir disso, é possível recordar mais ainda sobre a importância que o alimento tem na transformação do planeta, principalmente se ele for produzido em harmonia com a natureza e, acima de tudo, respeitando as tradições de quem planta há muitos anos. Os conhecimentos tradicionais são imprescindíveis quando se fala em agroecologia e alimentação saudável. Estes saberes estão associados à biodiversidade e a antigas técnicas de manejo, métodos de pesca e caça, conhecimentos farmacêuticos e suas propriedades alimentícias e agrícolas (Santilli, 2006).

“Os processos, práticas e atividades tradicionais dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais que geram a produção de conhecimento e inovações relacionados a espécies e ecossistemas dependem de um modo de vida estreitamente relacionado com a floresta. A continuidade da produção desses conhecimentos depende de condições que assegurem a sobrevivência física e cultural dos povos tradicionais” (SANTILLI, p. 344, 2004).

Na região da APA Nascentes do Rio Vermelho, a agroecologia se insere em alguns sistemas produtivos tradicionais (Trindade, 2016), que, em geral, se caracterizam pela combinação entre atividades agrícolas, a criação de animais (especialmente gado) e o extrativismo de espécies nativas (como buriti, pequi, jatobá, entre outros), atividades que juntas integram o chamado agroextrativismo.

2.3. Temas abordados da narrativa

A pesquisa teórica para a produção do documentário “Cê é errado” foi dividida em três eixos principais. A primeira, a *Apresentação*, como o nome já diz, pretende introduzir e apresentar ao espectador quais são as temáticas e personagens principais do filme, no caso, o bioma cerrado, a localização do recorte territorial escolhido para contar a história e a população que ocupa este território. O segundo eixo é o *Desenvolvimento* da narrativa, momento em que os conflitos socioambientais entre população local e agronegócio são apresentados. Por fim, o

último eixo da história consiste em sugerir os caminhos para encontrar um *Futuro* justo ao Cerrado, este futuro passa pelo incentivo ao ecoturismo e pela necessidade de uma revolução agroecológica.

2.3.1. Apresentação

2.3.1.1. O Bioma Cerrado

“Dos diversos biomas brasileiros, o Cerrado só perde em área para a Amazônia. O domínio biogeográfico desse bioma ocupa aproximadamente 21% de todo território nacional, o que corresponde a cerca de 200 milhões de hectares. O termo "Cerrado" é comumente usado para se referir aos ecossistemas de savanas, matas, campos e matas de galeria que ocorrem na região central do Brasil” (KLINK & MACHADO, 2005; MAZZETTO SILVA, 2009, apud TRINDADE, 2016).

O Cerrado é o segundo maior bioma do Brasil, ele ocupa uma área de 2.036.448 km² e sua área contínua incide sobre os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Rondônia, Paraná, São Paulo e Distrito Federal. É estimado que o cerrado exista há 65 milhões de anos, e, por isso, é considerado o bioma mais antigo do país. Ele é composto por um grande conjunto de paisagens como os chapadões, planaltos, vales e morros recobertos por florestas de galeria, veredas, cerradões e formações campestres de diversos tipos (Souza, 2017).

Devido à sua estrutura de relevo, no cerrado se localizam as nascentes das três maiores bacias hidrográficas de toda a América do Sul (Amazônica - Tocantins, São Francisco e Prata), o que resulta em um elevado potencial aquífero e favorece sua biodiversidade. Das 12 regiões hidrográficas do Brasil, oito bacias têm suas nascentes no cerrado. O enorme potencial aquífero deste território deu ao bioma o apelido de “caixa d’água do Brasil” (Instituto Socioambiental, 2020).

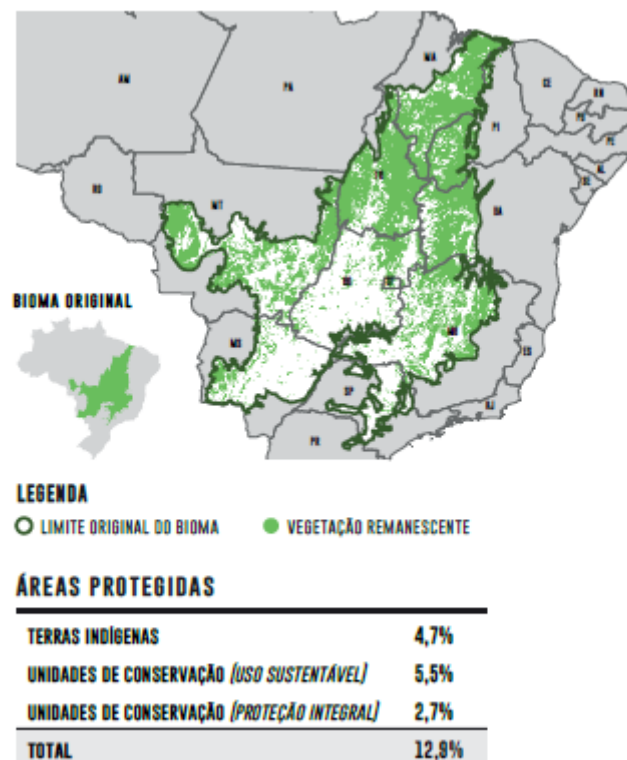
A capacidade de resistência a estações de secas e chuvas intensas traz para o bioma uma grande diversidade de espécies. O cerrado é a savana mais biodiversa do mundo e também é considerado um hotspot mundial de biodiversidade, ou seja, aqui existe uma extrema abundância de espécies endêmicas, isto é, espécies de plantas ou animais que só se desenvolvem nesta região.

O Cerrado também possui uma grande variedade de paisagens, ecossistemas e fitofisionomias. A savana é rica em ervas medicinais e em produtos da sociobiodiversidade utilizados no extrativismo, o que desenvolve entre as diversas populações locais (agricultores familiares, comunidades indígenas e tradicionais) uma forte interação com a natureza e as várias formas de uso da terra.

Nos últimos 35 anos, desde a segunda onda de ocupação para o interior do Brasil e expansão da fronteira agrícola, mais da metade dos seus 2 milhões de km² (Kink & Machado, 2005) originais foram ocupados com pastagens e cultivos anuais de agricultura em larga escala. Demarcar e delimitar as áreas de cerrado protegido é a alternativa encontrada pela sociedade para conter o avanço da fronteira agrícola no bioma.

“Apesar dessa exuberância de vida, apenas cerca de 13% do bioma está em áreas protegidas: 4,7% em Terras Indígenas (ISA, 2020a); 2,7% em Unidades de Conservação (UCs) de proteção integral; e 5,5% em UCs de uso sustentável. Mais de 64% da extensão total das UCs do Cerrado é composta por Áreas de Proteção Ambiental (APAs), categoria com regras menos rigorosas de uso que permite áreas privadas, desmatamento e atividades agropecuárias, entre outras (BRASIL, 2020)” (Instituto Socioambiental, 2020).

Figura 2: Remanescente de Vegetação e Áreas Protegidas de Cerrado.



Fonte: Agenda Socioambiental no Congresso. Instituto Socioambiental, 2020.

2.3.1.2. APA Nascentes do Rio Vermelho

O documentário “Cê é errado” tem como recorte territorial a APA Nascentes do Rio Vermelho, localizada no nordeste do estado do Goiás. A Área de Proteção Ambiental é uma das mais de 60 unidades de conservação existentes no bioma cerrado que estão sob gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

A APA Nascentes do Rio Vermelho tem cerca de 170 mil hectares, está localizada municípios goianos de Mambai, Buritinópolis, Damianópolis e Posse e a 330 km da capital Brasília (DF). Além disso, a unidade de conservação está situada na microrregião do Vão do Paranã, uma depressão entre os relevos do Planalto do Divisor São Francisco-Tocantins (Serra Geral de Goiás) e do Planalto Central Goiano (Chapada dos Veadeiros) (Trindade, 2016), considerada um dos maiores contínuos de cerrado preservado no Brasil.

9

Fonte: Satélite do Google Earth, 2020.

O principal motivo da criação da APA, em 2001, foi a necessidade de preservar a grande quantidade de cavernas na região. Um levantamento indica que há mais de 180 cavernas no território. Estas estruturas geológicas estão diretamente ligadas à presença de água na região, e, por isso, há a necessidade de cuidar, preservar e conservar todo esse ecossistema de cavernas que recebe muito interesse para a ciência e para o turismo.

Sobre a ocupação da unidade de conservação, Suzane Miranda (2016) explica: “As áreas de preservação ambiental possuem diretrizes para uso do seu espaço, mas no caso da APA das Nascentes do Rio Vermelho, as áreas já estavam ocupadas muito antes da criação da APA”. Atualmente, a APA é socialmente habitada por fazendas, assentamentos, ecovilas e cidades, além disso, há grande quantidade de áreas de cerrado nativo próximo às nascentes, rios, cachoeiras e cavernas.

Neste contexto, fica a cargo da gestão da instituição ICMBio fiscalizar e regulamentar a moradia e o uso dos recursos naturais do território pelas populações que o ocupam. A APA sofre deficiência de estudos geográficos e ambientais, principalmente por ser uma unidade de conservação que ainda não possui plano de manejo⁴ (Miranda, 2016).

2.3.1.3. Mambaí e o Nordeste Goiano

Mambaí é a principal locação do documentário “Cê é errado”. No município há uma Sede/Coordenação Regional do ICMBio, que monitora a gestão de quatro Unidades de Conservação (APA Nascentes do Rio Vermelho; Refúgio da Vida Silvestre das Veredas do Oeste Baiano; Reserva Extrativista de Recanto das Araras de Terra Ronca; e Floresta Nacional da Mata Grande) e os assentamentos parceiros do NEA UnB. Durante as gravações, a equipe do documentário ficou hospedada tanto no alojamento do ICMBio, quanto acampada no Assentamento Capim de Cheiro, na parcela da Dona Santa, uma das entrevistadas do filme.

A cidade de Mambaí está localizada no nordeste do estado de Goiás, a 308 km de Brasília e faz divisa com o estado da Bahia, o município possui extensão territorial de 847.129 km² e um dos menores Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Goiás: 0,626. Segundo

⁴ “O plano de manejo é um documento consistente, elaborado a partir de diversos estudos, incluindo diagnósticos do meio físico, biológico e social. Ele estabelece as normas, restrições para o uso, ações a serem desenvolvidas e manejo dos recursos naturais da UC, seu entorno e, quando for o caso, os corredores ecológicos a ela associados, podendo também incluir a implantação de estruturas físicas dentro da UC, visando minimizar os impactos negativos sobre a UC, garantir a manutenção dos processos ecológicos e prevenir a simplificação dos sistemas naturais” (MMA, 2020).

dados do antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o município possui 11,23% da população classificada como extremamente pobre e 43,43% como vulneráveis à pobreza e um PIB per capita de R\$ 8.119,80 em 2013 (Ataídes, 2017). O baixo IDH do município o coloca no Corredor da Miséria do estado de Goiás.

“O Nordeste Goiano é uma das regiões que guarda os maiores problemas socioeconômicos do estado de Goiás, o que lhe reservou o clichê de “Corredor da miséria”. Por outro lado, essa região posiciona-se hoje como uma das que guardam as maiores riquezas naturais do estado de Goiás, fato que lhe consagrou o título, pela UNESCO, de Reserva da Biosfera de Goyas, além da sua inserção no documento das Ações Prioritárias para a conservação da Biodiversidade do Cerrado e Pantanal. É esse reconhecimento, enquanto patrimônio ambiental, que dá a essa região uma contraditória qualificação: uma pobreza econômica versus uma riqueza ambiental/cultural” (CARVALHO, 2004, p.1).

De acordo com o gerente de convênios da prefeitura de Mambai e um dos entrevistados do documentário, Oseias Dourado, o IDH baixo reflete a ausência de indústrias no local, o que acarreta baixa geração de empregos. “Aqui, a geração de emprego é, basicamente, dentro do território do município, apenas na prefeitura e no comércio”, explica. Além disso, grande parte da população vende sua mão de obra para trabalhar nas grandes fazendas do oeste baiano.

Quanto ao contexto socioambiental, 30% da população do município mora no campo. A zona rural conta com a presença de seis assentamentos, onde habita cerca de 132 famílias de acordo com dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Ao todo, esses espaços destinados à reforma ocupam 13.698 hectares e 16% do território municipal.

A ocupação da área rural do município possui um histórico de desmatamento para pastagens, agricultura e exploração de carvão vegetal. O processo de reforma agrária dos assentamentos se iniciou há cerca de 20 anos. Mais recentemente, devido ao alto índice de cerrado preservado, a população passou a investir esforços de geração de renda focada no ecoturismo e na agricultura familiar. Geograficamente, os assentamentos ficam localizados exatamente aos pés da Serra Geral, estrutura de relevo que é a divisão física e geopolítica entre os estados de Tocantins, Goiás e Bahia.

2.3.1.4. População Rural

Assim como em toda a formação do povo brasileiro, a atual população rural do nordeste goiano é resultado de uma grande mistura de raças e culturas, os agricultores mais antigos que

nasceram ali trazem histórias de geraizeiros⁵, sertanejos, quilombolas e indígenas como os primeiros ocupantes deste território.

“O Cerrado é espaço de vida e de trabalho para inúmeras comunidades indígenas, remanescentes de quilombo e diversas outras populações tradicionais que historicamente ocupam as paisagens desse bioma, tendo a ele se adaptado ecologicamente. Os sistemas produtivos dessas populações tradicionais se caracterizam, em geral, pela combinação entre atividades agrícolas, a criação de animais (especialmente gado) e o extrativismo de espécies nativas - atividades que juntas integram o que é chamado agroextrativismo.” (TRINDADE, 2016)

Há estudos de que a região do Vão do Paranã foi originalmente ocupada há mais de 400 anos por indígenas da tradição Tupi e do tronco Jê (Trindade, 2016). A população quilombola também está presente na região. No município vizinho de Iaciara (GO), por exemplo, há a comunidade quilombola de Extrema. A grande maioria dos agricultores assentados que a equipe do documentário conheceu e de outros beneficiados pelas atividades de extensão do NEA UnB é negra.

Nos séculos XVIII e XIX, a região passou a ser também ocupada por colonizadores portugueses em virtude da mineração. Essa região do oeste baiano foi culturalmente ocupada nos séculos XVIII e XIX por fazendeiros criadores de gado, o que resultou nos maiores detentores de latifúndios do Brasil (Ribeiro, 2006). Devido ao relevo acidentado da APA, os grandes latifúndios de monocultura não chegaram ao Goiás, porém, fazendas de gado são muito comuns dentro da unidade de conservação. A partir do século XX, a região do nordeste goiano e do Vão do Paranã passou a ser ocupada também por migrantes da região sul do país, trazendo o cultivo de grãos.

Estes agricultores que ocupam os Projetos de Assentamento têm um papel muito importante para a conservação do cerrado. São parcelas de 70 hectares com famílias contempladas pela reforma agrária. A região dos assentamentos é habitada por comunidades que trazem consigo uma grande diversidade de práticas nos sistemas produtivos, baseados na unidade familiar, que envolvem criação de gado e culturas voltadas, principalmente, para a produção de alimentos para o autossustento e para a prática do extrativismo. Grande parte dos agricultores locais detém profundo conhecimento sobre as forças ecológicas que os rodeiam e

⁵ Os geraizeiros são comunidades tradicionais que se concentram na região de transição entre o Cerrado e a Caatinga, estão dispersos pelo norte do estado de Minas Gerais, mas também pelo oeste da Bahia, Tocantins e Goiás” (Eichler e Ferraz, 2019). O termo ‘Gerais’ é de uso recorrente desde o Brasil Colônia para designar, a grosso modo, as vastas paisagens de campos do interior do país, são também áreas de uso comum, seja para o extrativismo, caça ou para a criação do gado à solta ou na solta (Souza, 2017).

interagem com o cerrado por meio da caça, pesca, coleta de mel, extração de plantas, frutos, raízes (Trindade, 2016).

Os contrastes e conflitos socioambientais se dão entre a agricultura empresarial do oeste baiano e as comunidades camponesas do cerrado (Souza, 2017), gerando oposição entre paisagens, perda de certos hábitos culturais de plantios e inúmeros outros prejuízos que serão abordados no decorrer deste texto.

2.3.2. Desenvolvimento

2.3.2.1. Expansão da fronteira agrícola e Agronegócio

A expansão da fronteira agrícola no oeste baiano é uma forte preocupação para todos os que defendem a preservação do bioma cerrado e das tradições culturais das populações locais. O Brasil é o país com maior área passível de ser ocupada pela agricultura no mundo, são 61 milhões de hectares passíveis de receber desenvolvimento de agricultura irrigada (Castilho, Bassi e Vendrame, 2017).

O arco do desmatamento no Brasil, atualmente, é localizado muito próximo aos assentamentos e à APA, está especialmente na região do Matopiba⁶, a transição entre Cerrado e Floresta Amazônica.

“O jogo de forças entre o agronegócio e a preservação ambiental fica evidente na região Matopiba, expressão criada a partir de acrônimo com as iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Designada como a última fronteira agrícola do país, a área geoeconômica Matopiba foi formalmente oficializada pelo Governo Federal em 2015 (...) De acordo com a coordenação geral de observação da terra do Instituto nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), os quatro estados somaram 8.754 km² de desmatamento em 2017 e 2018, o que corresponde a mais de 60% da perda de todo o Cerrado nesse período.” (Revista Darcy, 2019)

A Mesorregião do Extremo Oeste Baiano possui uma população de cerca de 579 mil habitantes⁷ e ocupa uma área de 116 mil km², o equivalente a 20,65% do estado da Bahia (Souza, 2017), esta área sofre com uma grande concentração de terras para o agronegócio. São fazendas gigantes que tem em torno de 10, 15 a 35 mil hectares. A expansão da fronteira agrícola na região foi rápida e é recente, começou há cerca de 20 e 30 anos atrás.

Devido ao relevo acidentado existente depois da Serra Geral, do lado do Goiás, as grandes fazendas de monocultura não avançaram na APA. Porém, estes grandes latifúndios de

⁶ Matopiba é expressão criada a partir das iniciais dos estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, é a última fronteira agrícola do país. A área foi oficializada pelo Governo Federal em 2015.

⁷ Segundo Censo Demográfico de 2010

algodão, milho, soja e café são palco de resgates de trabalhadores em condições análogas à escravidão (Coutinho, Germani e Oliveira, 2013).

O agronegócio⁸, e, conseqüentemente a destruição dos biomas brasileiros, movimenta muito dinheiro e poder no Brasil. O setor de grãos é o principal vetor de atração do capital estrangeiro para o país. As grandes corporações do sistema agroalimentar atuam tanto no mercado financeiro, de investimentos e de tecnologia de informação quanto no mercado de sementes, maquinário, terra, fertilizantes e agrotóxicos.

Um volume considerável de investimentos estrangeiros não se encontra no campo fundiário, mas, sim, na infraestrutura pré e pós-colheita, no escoamento, distribuição e comercialização. A cadeia do agronegócio é ampla e homogênea e abrange grandes monopólios de produtos (Castilho, Bassi e Vendrame, 2017).

“O Cerrado tornou-se o celeiro do país, respondendo hoje por 60% da produção nacional de soja, milho, algodão e cana-de-açúcar e acumulando, entre 2000 e 2015, um acréscimo de 87% na área produtiva. Essa expansão levou o Brasil a ser um dos líderes mundiais na produção agrícola” (Instituto Socioambiental, p. 25, 2020).

2.3.2.2. Águas e nascentes

A APA Nascentes do Rio Vermelho, como o nome já diz, é uma unidade de conservação composta por inúmeras nascentes. Os assentamentos, como são lugares de cerrado extremamente preservado e estarem localizados nas margens do Rio Buriti, também são importantes repositórios de biodiversidade e funcionam como faixas de florestas tropicais úmidas em meio à vegetação de cerrado, fornecendo água, sombra e alimentos para a fauna local (Trindade, 2016).

Os moradores dos assentamentos fazem elogios quanto à qualidade da água para consumo humano e irrigação das roças de alimentos. Eles ajudam a proteger a mata e, conseqüentemente, as águas da região, pois para a água nascer ou correr de forma limpa, é preciso conservar as paisagens ao redor. “Não basta conservar a nascente ou a calha do rio, ela precisa se infiltrar no solo para aflorar em uma nascente. Quem explica isso é Fernando Tatagiba, biólogo e analista ambiental do ICMBio” (Revista Darcy, p. 27, 2019).

A chegada do agronegócio e das monoculturas no oeste baiano trouxe para a região o cultivo através de pivôs centrais. Apesar de ainda não haver estudos científicos⁹ publicados a

⁸ O agronegócio, na acepção brasileira do termo, é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária (Delgado, 2010).

⁹ O professor Rogério Uagoda, do campo da Geologia da Universidade de Brasília, desenvolve junto a um grupo de pesquisa estudos dos controles geomorfológicos no sistema fluviocárstico de Mambai/GO e busca com o Projeto coletar dados relacionados à dinâmica da evolução da paisagem, com enfoque no impacto do uso do solo e do transporte de sedimentos e poluentes para rios e cavernas da APA.

respeito dos prejuízos causados pela implantação dos pivôs para irrigação das grandes fazendas baianas, são inúmeros os relatos dos moradores dos assentamentos da APA quanto à diminuição da quantidade de água de córregos e nascentes depois que os pivôs foram construídos.

O pivô puxa a água do subsolo através da perfuração de poços e distribui na lavoura. Essa é quantidade de água muito grande é desperdiçada, pois não retorna para o lençol freático. A problemática também aparece na tese de doutorado de Cláudia Souza (2017), neste caso, o recorte na unidade de conservação vizinha, no Refúgio de Vida Silvestre das Veredas do Oeste Baiano:

“Conforme dados desta pesquisa, os moradores reclamam da redução do pescado. Associam-na à redução da água do rio, ao aumento da irrigação com pivôs e/ou ao uso de agrotóxicos. Nesse sentido, essas informações poderiam ser confirmadas em futuros estudos. Para tanto, é fundamental o incentivo às pesquisas na região da UC sobre este tema” (SOUZA, p. 173, 2017).

No que diz respeito aos desafios do uso inadequado da água pelos grandes latifundiários, percebe-se que o exemplo da APA Nascentes do Rio Vermelho é mais um reflexo do que já acontece em outras áreas de Cerrado distribuídas pelo Brasil.

“A destruição do Cerrado já tem impactos importantes na gestão dos recursos hídricos do país. Pesquisas identificam a diminuição da vazão em rios e alterações do ciclo das chuvas, provocando crises na disponibilidade de água para o abastecimento humano e animal, a indústria, a geração de energia e a produtividade agrícola” (Instituto Socioambiental, 2020).

2.3.2.3. Produção alimentar

Em paralelo ao devastador avanço do agronegócio pelo Cerrado, a produção de alimentos pautada no saber tradicional resiste na APA Nascentes do Rio Vermelho. Muitas das famílias que moram nos assentamentos produzem seu próprio alimento e, algumas poucas, conseguem também comercializar o excedente e produtos beneficiados.

Banana, mandioca, cana, mamão, laranja, coco, milho, abacaxi, inúmeras variedades de feijão, batata doce, jamelão, mutamba, manga, entre outros alimentos, são exemplos dos alimentos cultivados nas roças dos assentados, além de frutos do cerrado que são coletados por meio do extrativismo sustentável, como pequi, buriti e jatobá. Esta grande diversidade agrícola é conhecida como agrobiodiversidade, isto é, a pluralidade de espécies, de variedades e de modalidades de cultivo que a comunidade carrega.

A principal modalidade de cultivo que os agricultores trazem é a tradição de plantar nas chamadas “roças de brejo” ou “roças de esgoto”. A técnica consiste em estabelecer sistemas

agrícolas manejados nos solos encharcados das veredas, próximo ao rio e embaixo da palmeira do buriti, através da construção de um elaborado sistema de drenagem da água, tornando possível produzir diversas variedades de alimentos durante todo o ano.

“Até o final da década de 1980, os sistemas produtivos familiares eram principalmente de três tipos: agricultura de corte e queima, os quintais e as criações de animais em sistemas de solta, período no qual foram introduzidas as monoculturas em larga escala no território do Revis das Veredas do Oeste Baiano. Os agricultores cultivavam em terras altas e em terras baixas (veredas). Só era possível cultivar em terras baixas graças a um sistema de drenagem: cultivavam arroz, feijão, milho e mandioca, principalmente em roças denominadas de "esgoto" ou "brejo".” (Souza, p. 65 e 66, 2017)

A partir de 2014, depois que pesquisadores da Universidade de Brasília começaram a atuar nos assentamentos, especialmente com a implementação de agroflorestas e o ensino do manejo dessa prática, alguns agricultores, como Dona Santa, uma das personagens do documentário, passaram a substituir o cultivo de alimentos nas veredas pelo plantio em sistemas agroflorestais, fazendo o uso de cobertura morta para proteger o solo, de sistemas de irrigação e de adubos naturais. Ambas técnicas carregam algo em comum: a prática de plantar consorciado, ou seja, cultivar diferentes espécies em uma mesma área. Um hábito totalmente inverso ao agronegócio, que cultiva o mesmo produto em uma única e gigantesca área, criando uma dependência de agrotóxicos, fertilizantes químicos e outros tipos de venenos.

2.3.2.4. Agrotóxicos

Outro grande problema que os agricultores familiares têm que lidar é a pulverização de agrotóxicos através de aviões nas fazendas baianas. A pulverização aérea nas fazendas acarreta impactos ambientais, sociais, econômicos e culturais ao território (Souza, 2017). Como a proximidade dos assentamentos com os latifúndios da Bahia é muito grande, o veneno muitas vezes atinge o cultivo de plantas e animais dos agricultores, traz pragas para os assentamentos e prejudica a própria saúde da população, que compartilha relatos do desenvolvimento de doenças e até morte por contaminação, tanto de quem mora próximo às fazendas, quanto dos trabalhadores que vão até as plantações para aplicar o veneno.

Em 2018, pesquisadores do Núcleo de Estudos em Agroecologia da UnB aplicaram um diagnóstico com questionários nas famílias dos assentamentos Mambaí, Paraná e Capim de Cheiro. Na ocasião, foram colhidos relatos mais precisos de que algumas roças ficam amareladas e fracas logo após a aplicação de veneno pelos aviões nas fazendas, desenvolvendo uma praga em suas roças chamada de “mosca-branca”.

Cláudia de Souza (2017) explica que, de acordo com a legislação, a pulverização dentro da Unidade de Conservação não é permitida. E complementa:

“Segundo os moradores das comunidades, um dos agrotóxicos pulverizados é o herbicida 2,4 D (ácido 2,4-diclorofenoxiacético). Esse produto é utilizado para o controle de plantas de folhas largas, de Classe I (faixa vermelha), conforme a classificação toxicológica definida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Ou seja, é um produto extremamente tóxico, proibido nos Estados Unidos desde os anos 1970 (...) O Parlamento Europeu vetou o uso desse herbicida em 2009, por ser classificado como carcinogênico, mutagênico ou tóxico para a reprodução. Conforme Amaral (2009) é possível detectar a presença de glifosato em água, mesmo em baixas concentrações e após cerca de 20 dias da aplicação do princípio ativo” (SOUZA, p. 159, 2017).

A pulverização de venenos em larga escala no oeste baiano não é um caso isolado no país, pelo contrário. As perspectivas, principalmente após a posse do Governo de Jair Bolsonaro, são alarmantes quanto ao uso indiscriminado de agrotóxicos nas lavouras do Brasil.

“Em 2019, o governo brasileiro autorizou mais de 353 novos agrotóxicos, segundo os dados compilados do Diário Oficial da União pela Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida (Agrotóxico Mata, S.d.). Defender da ameaça do veneno na nossa comida. Nossa comida está sob ameaça, está banhada de veneno” (TAVARES, p. 60, 2019).

2.3.2.5. Agroecologia e Universidade de Brasília

A partir dos desafios trazidos pelo agronegócio e visando promover a soberania alimentar da população rural da APA Nascentes do Rio Vermelho, alguns pesquisadores da Universidade de Brasília começaram a desenvolver práticas de extensão na região a partir de 2014. O convite para o desenvolvimento da parceria veio do ICMBio, considerando que a instituição tem a responsabilidade de fiscalizar o uso dos recursos naturais das UCs, e levando em conta a realidade de agricultores que cultivam alimentos nas veredas, as roças de esgoto, próximo aos rios, área determinada como Área de Preservação Permanente (APPs). Pela legislação, muitos deles tiveram que abandonar seus cultivos ou deslocar suas lavouras para as áreas mais distantes do rio, de solo arenoso.

Porém, nos assentamentos, o cultivo em áreas de solo arenoso e longe dos rios exige um conhecimento técnico que foge da cultura e tradição dos agricultores locais, ou mesmo de suas possibilidades de investimento¹⁰. Sendo assim, houve a necessidade de apresentar alternativas de cultivo para os agricultores e uma das formas de restauração de APPs é através de sistemas agroflorestais. Em 2014, extensionistas da Universidade de Brasília (UnB), em

¹⁰ Informações retiradas do diagnóstico escrito por extensionistas e pesquisadores do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica da UnB (Gouzy et al., 2019).

especial do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), iniciaram oficinas de manejo e mutirões para a construção de sistemas agroflorestais e apresentaram alternativas naturais para a substituição de insumos químicos nas roças.

O Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica da UnB foi criado em 2017, a partir de edital e recursos financeiros do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) para a criação de NEAs, com a proposta de trabalhar com redes de agricultores, associações, órgãos representativos da agricultura, para buscar alternativas ao uso de veneno, fertilizantes solúveis e apresentar técnicas de cultivo tradicional nos territórios de cerrado no Distrito Federal e estados vizinhos. Dona Santa relata que depois do início das atuações da UnB, ela não utiliza mais nenhum tipo de veneno, seja para pragas ou para adubar o solo.

“Ao estabelecer uma estreita relação entre sociedade, natureza e cultura, orientada pela sustentabilidade da vida humana e dos ecossistemas, a agroecologia, em consonância com o princípio da soberania alimentar, promove um processo de ressignificação da comida, lançando luz sobre a interdependência entre os sistemas alimentares e os diferentes modos de viver, produzir e comer” (Giordani et al., 2017, apud Schottz, p. 21, 2017).

A parceria que se iniciou entre universidade, ICMBio e comunidades vai muito além de minimizar os impactos dos cultivos nas APPS. Acima de tudo, as ações também buscam melhorar a produção, seja ela para consumo próprio ou para comercialização do excedente. Dessa forma, as práticas agroecológicas procuram diversificar a produção, especialmente com alimentos saudáveis, sem veneno, ricos em proteínas.

Além disso, em 2019, o NEA UnB aplicou em alguns assentamentos de Mambá (GO) e Jaborandi (BA) as oficinas do CCB (Created Capacity Building - Construção de Capacidades Criativas), uma metodologia para co-criação de tecnologias sociais. Estudantes, extensionistas e pesquisadores internacionais desenvolveram junto da comunidade tecnologias de baixo custo que auxiliam no processo de organização, melhoram a qualidade de vida das pessoas e promovem a construção de soluções práticas, como carneiros hidráulicos, roda d'água, máquina de lavar, entre outras criações.

Figura 4: Grupo de comunitários capacitados pelo CCB em julho de 2019



Créditos da Foto: Mariana Santos

2.3.2.6. Problemas sociais

Apesar da presença de pessoas empenhadas em transformar as realidades dos assentamentos, como os servidores do ICMBio e extensionistas da UnB, a vida da população que mora nos assentamentos é ainda muito difícil. Os entrevistados relatam abandono do Estado quanto à falta de acesso à Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), à saúde e à educação de qualidade.

A falta de assistência técnica e de incentivo à agricultura familiar faz com que muitos produtores saiam dos assentamentos para trabalhar nas grandes fazendas da Bahia, operando maquinários ou aplicando veneno. Thomas Ludewigs, professor do NEA UnB e um dos entrevistados do documentário, explica que isso ocorre devido ao risco que os agricultores correm de não haver um retorno financeiro assegurado na produção de alimento nos assentamentos.

Em seu depoimento, Thomas sintetiza o principal desafio na produção de alimentos da região: a dificuldade no acesso a mercados. Há uma grande necessidade em escoar a produção, seja para Mambai ou para outras cidades, e esta produção dos agricultores locais também está longe de ser suficiente para suprir a demanda dos onze mercados da cidade de Mambai. Pelo contrário, em uma reportagem que produzimos (eu e Victor Farias) publicada no site O Joio e

o Trigo¹¹, descobriu-se que muitas frutas e verduras que abastecem os mercados da cidade vêm da Ceasa de Brasília.

Acessas políticas públicas de apoio à agricultura familiar é uma das alternativas que o Governo oferece e a produção dos agricultores poderia ser de fato melhor desenvolvida se eles tivessem acesso ao crédito rural do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Porém, a ausência de técnicos da Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) e do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para acompanharem os assentamentos impede que as famílias tirem a DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf). A ausência da DAP também dificulta o acesso às políticas públicas como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). Segundo o professor Thomas, “estes dois programas fazem toda a diferença na agricultura familiar e na renda dos agricultores, a partir do momento que você pode eliminar o atravessador e é possível fazer a compra de alimentos para escolas ou outras instituições direto com o agricultor. Infelizmente, por questões burocráticas, esses programas nunca foram implementados no município de Mambaí”¹².

“Como fruto das mobilizações sociais, criadas a partir das demandas e implementadas com o apoio das organizações e movimentos sociais, políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foram importantíssimas na geração de renda das famílias de agricultores e agricultoras, de camponeses, de assentados da reforma agrária, de pescadores e diversos outros povos e comunidades tradicionais. Estas políticas possibilitaram articular, organizar e estruturar a produção - com garantia de comercialização - e gerar renda a partir do fornecimento de alimentos da cultura tradicional local” (ANA e Terra de Direitos, p. 10 e 11, 2020).

Em um cenário ideal, quando um assentamento da reforma agrária é criado, o Incra precisa contratar uma entidade para fazer o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA). A partir do plano, aprovado pelo Incra, um técnico em Ater emite a autorização para o agricultor ter acesso ao crédito do Pronaf, começar a produzir e, assim, ter condições de vender produtos para mercados tradicionais ou entrar em outras políticas públicas. No caso de Mambaí, até hoje, com mais de 25 anos de existência, os assentamentos ainda não possuem o PDA.

Pesquisadores do NEA UnB acreditam que outro fator que atrapalha o acesso a políticas públicas é uma certa desmobilização das comunidades em se organizarem socialmente¹³,

¹¹ Alimento ‘forasteiro’ mata cultura nativa em Goiás. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2020/02/alimento-forasteiro-mata-cultura-nativa-em-goias/>

¹² Trecho retirado de entrevista para o documentário.

¹³ Informações retiradas do Diagnóstico escrito em 2019 por extensionistas e pesquisadores do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica da UnB (Gouzy et al., 2019)

resultando em uma associação frágil e pouco representativa na região. As principais políticas públicas que contemplam os assentamentos são o Bolsa Família e a Aposentadoria Rural.

O tema da saúde na região já foi citado anteriormente na página 16, no tópico sobre os Agrotóxicos. Os danos causados pelo uso de insumos químicos à saúde humana são seríssimos, como exemplos é possível apontar a contaminação na aplicação dos venenos e no consumo de alimentos. A doença de chagas é mais um dos inúmeros problemas de saúde que a população enfrenta na região.

Segundo Seu Abel, agricultor e um dos entrevistados do documentário, “o agente de saúde passa de 5 a 6 meses sem ir ao assentamento”. Outro fator recorrente nas queixas quanto à dificuldade no acesso à saúde é a distância dos assentamentos até a cidade. Os moradores se sentem isolados caso haja alguma emergência de saúde em suas famílias devido ao grande caminho de estrada de terra e à falta de sinal de telefone para chamar uma ambulância, por exemplo.

Por outro lado, Oseias Dourado, representante da prefeitura de Mambaí, contou à equipe do documentário que recentemente o hospital da cidade foi reformado com verba levantada pelos fazendeiros da região. Ele explica que a demanda de trabalhadores que se machucam nas fazendas e dependem do hospital de Mambaí é muito grande e por isso os empresários se mobilizaram para reformar o único centro de saúde da região.

A educação é mais um grande desafio enfrentado pela população da zona rural de Mambaí. A área dos assentamentos até possui uma escola, mas está fechada assim como todas as escolas rurais do Nordeste Goiano, segundo Oseias Dourado. Desta forma, os estudantes das comunidades rurais precisam de locomover até a cidade de Mambaí, no meio urbano, para terem acesso à educação formal. Além disso, há precariedade no transporte público e por isso os estudantes precisam aguardar o ônibus escolar fazer todo o trajeto pelas estradas precárias dos assentamentos até chegar à escola no centro da cidade. Os moradores ainda contam que algumas crianças saem de casa às 9 horas da manhã e chegam às 8 horas da noite devido ao tempo de deslocamento.

Promover uma educação descontextualizada, ou seja, não proporcionar aos alunos da zona rural um aprendizado compatível com a realidade do campo e em ressonância com a natureza e o Cerrado, gera uma série de problemas para a permanência das famílias nos assentamentos. A ausência de uma educação qualificada para estudantes do campo dificulta a troca de saberes intergeracionais e a desvalorização do povo camponês e de seus valores,

além de ser um grande desafio manter o interesse do estudante em continuar indo para a escola¹⁴.

2.3.3. Futuro

2.3.3.1. Valorização da Sociobiodiversidade

A conservação e a manutenção do bioma cerrado estão diretamente associadas à valorização da sociobiodiversidade, das populações rurais e de seus saberes tradicionais. Por sociobiodiversidade, é possível compreender como sendo a interação entre a diversidade social da população e a diversidade biológica das espécies de plantas.

Os povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares têm uma importância inestimável para manter o cerrado em pé. Esta é a população que preserva nascentes, mantém a biodiversidade e não emitem tanto carbono para o meio ambiente como cidades e indústrias.

“As populações tradicionais - que historicamente ocupam as paisagens de Cerrado, tendo a elas se adaptado ecologicamente - estabeleceram, ao longo de várias gerações, vínculos estreitos com o bioma e fazem parte hoje de processos essenciais para a geração e manutenção da sociobiodiversidade. Para essas populações, as primeiras a sofrerem os impactos da degradação ocasionada pela expansão da fronteira agrícola, é vital a conservação tanto dos recursos naturais, como também de seus territórios sociais, necessários à sua reprodução física, social e cultural” (Trindade, p. 1, 2016).

Atualmente, entre os defensores do meio ambiente, já é entendido que não é mais necessário desmatar o cerrado para gerar renda. Com o cerrado em pé, vivo e saudável, é possível coletar e vender frutos e sementes do cerrado, promovendo o extrativismo sustentável do pequi, buriti, cajuzinho, jatobá e outros produtos da sociobiodiversidade¹⁵. A sociobiodiversidade desenvolve uma forte relação entre bens e serviços gerados a partir de recursos naturais, que são voltados à formação de cadeias produtivas de interesse de povos tradicionais e de agricultores familiares (Guéneau, 2017).

Além disso, a valorização do conhecimento tradicional tem grande utilidade nessa crise que o mundo está enfrentando na agricultura. Os conhecimentos relacionados à agrobiodiversidade (diversidade agrícola) que os povos tradicionais detêm são a principal alternativa para promover uma mudança real nos modelos produtivos de exploração utilizados pelo agronegócio. As comunidades tradicionais aplicam em seus sistemas agrícolas a sabedoria

¹⁴ Informações retiradas do Diagnóstico escrito em 2019 por extensionistas e pesquisadores do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica da UnB (Gouzy et al., 2019).

¹⁵ Informações sobre e exemplos de produtos da sociobiodiversidade brasileira estão disponíveis nesta publicação do ICMBio: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/catalogo_de_produtos_da_sociobiodiversidade_do_brasil.pdf

de possibilitar equilíbrio e harmonia entre solo, plantas, insetos, pragas, uso da água e diversidade de espécies alimentícias.

2.3.3.2. Ecoturismo

O ecoturismo é uma forte maneira de sensibilizar a população para apoiar a conservação do cerrado ao proporcionar vivências, aventuras e momentos de descanso e reconexão com a natureza às pessoas. A APA Nascentes do Rio Vermelho fica em uma região com enorme potencial para o turismo de aventura, ali são desenvolvidas atividades como rapel em cachoeiras, tirolesa e trilhas em cavernas e em nascentes. Alguns exemplos dos atrativos turísticos da APA são: Cachoeira e Lapa do Funil, Cachoeira Paraíso do Cerrado, Poço Azul, Lapa do Penhasco, Trilha Itaguassu, Lapa da Clarabóia (das Dores), entre outros.

Desde quando começou o turismo na região, muitas áreas de cerrado passaram a ser mais protegidas e tiveram condições de se regenerar e fortalecer. Gerly Costa, um dos entrevistados do documentário, é Secretário de Meio Ambiente de Mambai e guia turístico. Ele explica que as atividades de turismo começaram na APA em 2013 e que hoje os moradores do nordeste goiano apostam no turismo para o desenvolvimento da região. Uma pesquisa apresentada no III Encontro de Pesquisa, Extensão e Divulgação das Unidades de Conservação do Vão do Paranã e Entorno, realizado em agosto de 2019, apontou que, nos últimos 10 anos, a quantidade de pessoas que foram até a região para praticar ecoturismo só cresceu.

Figura 5: Cachoeira do Funil, Mambai (GO)



Créditos da foto: Maíra Franco

Gerar renda a partir do turismo é outro incentivo para que a população preserve o cerrado, além da prática do turismo comunitário ser uma forma justa que existe de se dividir a renda que chega aos municípios. No caso do Nordeste Goiano, algumas famílias recebem turistas em suas propriedades rurais e ganham uma quantia em troca da hospedagem e da alimentação, além de venderem produtos retirados do extrativismo do cerrado.

Envolver atores das comunidades moradoras de Unidades de Conservação nas atividades de turismo é:

“Um importante caminho para fortalecer os programas de visitação, diversificar as atividades desenvolvidas e agregar valor à experiência dos visitantes, bem como incrementar a renda desses moradores e aproximá-los positivamente da gestão das UC, aumentando, assim, o apoio local a estas áreas protegidas” (ICMBio, p. 8, 2018).

Um levantamento do ICMBio aponta que o turismo nas unidades de conservação federais aumentou 563% na última década (Revista Darcy, 2019). O turismo de natureza tem se consolidado como alternativa viável de geração de renda, além de ser favorável ao desenvolvimento sustentável, a prática não resulta em danos como os gerados por atividades

de exploração intensiva dos recursos naturais. Além disso, o setor de turismo é um dos que mais crescem no mundo, segundo um estudo do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC)¹⁶.

2.3.3.3. Revolução Agroecológica

É consenso de que todo o bioma Cerrado está em risco, principalmente ao considerar o desmatamento destinado à expansão da fronteira agrícola, as águas do bioma em escassez devido à irrigação de lavouras e os problemas que as comunidades sofrem enquanto o Estado destina sua atenção para beneficiar grandes produtores. A conservação do cerrado depende de assumir para o bioma o desenvolvimento de alternativas de produção alimentar que não tragam os mesmos impactos do agronegócio. Segundo moradores das comunidades da APA, o início do agronegócio não só causou a diminuição da mão de obra disponível para a produção familiar, mas acarretou no aumento de insetos (pragas) e doenças nas suas roças (Souza, 2017).

Acredita-se na urgente necessidade de uma revolução nos meios produtivos pautada na agroecologia, a Revolução Agroecológica, e no incentivo à Agricultura Familiar, como a principal alternativa para um mundo onde seus habitantes possam viver e produzir sua comida de forma harmônica com a natureza.

O pequeno produtor é muito mais eficiente no abastecimento de alimentos do que grandes empresários do agronegócio. Cerca de 70% dos alimentos que vão para a mesa dos brasileiros vem da agricultura familiar¹⁷. Porém, é preciso incentivar muito mais a agricultura familiar, especialmente diminuindo as burocracias para acessar programas crédito rural, como o Pronaf, aumentando a presença de assistência técnica e extensão rural e melhorando o acesso a mercados para escoar a produção. O apoio a políticas públicas para a agricultura familiar é uma estratégia essencial para levar “comida de verdade” e soberania alimentar à mesa de todos os brasileiros, além de respeitar aqueles que moram no campo e dali tirar o próprio alimento.

“A comida de verdade é produzida pela agricultura familiar, com base agroecológica e com o uso de sementes crioulas e nativas. É produzida por meio do manejo adequado dos recursos naturais, levando em consideração os princípios da sustentabilidade e os conhecimentos tradicionais e suas especificidades regionais. É livre de agrotóxicos, de transgênicos, de fertilizantes e de todos os tipos de contaminantes” (Manifesto Comida de Verdade apud Schottz, p.20, 2019).

¹⁶ A participação do Turismo no Produto Interno Bruto (PIB) nacional cresceu, nos últimos anos, e o setor já é responsável por mais de 8% da economia, com a cerca de 7 milhões de trabalhadores empregados. Fonte: <https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/turismo-e-responsavel-por-8-da-economia-participacao-no-pib-cresce>

¹⁷ Fonte: <https://www.sna.agr.br/brasil-70-dos-alimentos-que-vao-a-mesa-dos-brasileiros-sao-da-agricultura-familiar/>

A transformação nas bases produtivas se dá a partir da produção de alimentos com base sustentável, sendo possível atender às demandas alimentares da população em geral e sempre pensando na preservação do meio ambiente para as futuras gerações. Não se trata apenas de contemplar os aspectos econômicos da produção. “Ao contrário da agricultura orgânica que se preocupa apenas em não usar insumos químicos, sejam agrotóxicos ou fertilizantes solúveis, a agroecologia vai muito além. Ela trabalha com bases sociais, buscando um tipo de agricultura que não explore o trabalhador com base em relações justas de trabalho e de equilíbrio de gênero”, explica o professor Thomas Ludewigs.

A solução é gerar uma rede de conhecimento, informação e valorização dos povos tradicionais e promover uma revolução que consiga unir o campo e a cidade, agricultores e consumidores. Para isso, é necessário um enfrentamento das dinâmicas desiguais e excludentes que alicerçam o sistema alimentar global e, ao mesmo tempo, lutar por uma estruturação de sistemas alimentares mais justos, equitativos, sustentáveis e saudáveis (Schottz, 2019).

3. MEMÓRIA DE PRODUÇÃO

Este capítulo é destinado à descrição das etapas realizadas no processo de produção do documentário “Cê é errado”.

3.1. Pré-produção

A pré-produção do filme contou com um primeiro momento de pesquisa, mobilização da equipe, captação de recursos, escrita do roteiro e planejamento de filmagens.

Após a primeira saída de campo para conhecer os assentamentos, em abril de 2018, realizamos outra saída em julho do mesmo ano, de maneira independente, entre um pequeno grupo de amigos (Mariana, Maíra, Gustavo, Isadora e Vanessa) para gravar vídeos iniciais, produzir um projeto piloto¹⁸ e fidelizar contatos e parceiros na cidade de Mambá. Depois desta viagem, foi decidido que a APA Nascentes do Rio Vermelho seria palco da produção de um documentário.

Em seguida, iniciou um processo de pesquisa e coleta de dados mais aprofundado sobre o tema por meio de conversas com colaboradores do Núcleo de Estudos em Agroecologia da UnB e da leitura de teses de mestrado e doutorado sobre a região. A partir desse estudo, foi

¹⁸ Disponível no link:

https://drive.google.com/file/d/1aYYl_WS2YeRSzIZcsNy0vtbQ7YXPMWR4/view?usp=sharing

possível elaborar o argumento do filme, o roteiro do documentário e a criação do questionário de entrevistas. Abaixo, segue o argumento do “Cê é errado”, texto essencial que foi muito utilizado para a captação de recursos e mobilização da equipe:

Com mais de 2 milhões de km² distribuídos no centro do território brasileiro, estima-se que o bioma Cerrado já tenha perdido 3/4 de sua vegetação original. Certamente, um dos grandes desafios do século é conciliar a ganância do capitalismo com a ocupação humana e a preservação de territórios a cada dia mais devastados. A partir desta angústia, “Cê é errado, um documentário sobre agroecologia e conservação do Cerrado” pretende mostrar os conflitos e dificuldades vividas por quem ocupa uma terra tão antiga e tão rica, resistindo em harmonia e preservando a natureza por meio do resgate de tradições culturais e alimentares.

O conflito a ser denunciado se localiza na região nordeste do estado de Goiás. A área faz divisa com a Bahia e está inserida na APA (Área de Proteção Ambiental) das Nascentes do Rio Vermelho, Unidade de Conservação que abrange os municípios goianos de Buritinópolis, Damianópolis, Mambai e Posse. O Cerrado, o berço das águas brasileiras, tem no Nordeste do Goiás uma grande quantidade de nascentes, que nutre a terra seca do bioma com inúmeras riquezas visuais, animais e sociais. Em tempos de desmatamento e rios secos, temos nessa região um grande potencial de turismo e geração de renda por ser um território de muita biodiversidade, cultura e paraísos geológicos inconfundíveis.

É preciso entender que este paraíso sociobiodiverso só existe e permanece de pé até hoje graças às pessoas que moram e cuidam com amor e sabedoria dessa terra tão antiga. Partindo de entrevistas com assentados da reforma agrária, guias de ecoturismo, professores e representantes de instituições, o objetivo do filme é mostrar como as populações do cerrado sofrem e resistem à forte ameaça da expansão da fronteira agrícola vinda do oeste baiano em direção ao estado de Goiás, vestida de desmatamento, desperdício de água com monoculturas e irresponsabilidade do Estado ao não implementar políticas públicas para as comunidades do campo.

Depois da escrita do roteiro, o próximo passo foi recrutar uma equipe de comunicadores (e grandes amigos) para realizar as filmagens do documentário de forma voluntária, apenas pelo amor ao cerrado e identificação com a causa ambiental:

- Direção de Fotografia: Thales Alves
- Montagem e edição: Saulo dal Pozzo
- Assistente de produção e 2ª câmera: Isadora Castelo Branco

- Captação e edição de som: Rubens de Souza
- Projeto Gráfico: André Duarte e Ana Clara Rabello Ataídes
- Transporte: João Henrique Valadares, Ligia Muchagata e Roberto Zens
- Assessoria Ambiental e Assistente de Pesquisa: Maíra Franco Netto
- Trilha sonora: Rodrigo Velho

Em maio de 2019, após minha participação no curso “A indústria de ultraprocessados e a saúde pública”, oferecido pela Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo), a equipe do “Cê é errado” foi contemplada com uma bolsa no valor de R\$ 6.000,00, financiada pela ACT Promoção da Saúde, para a realização de uma reportagem jornalística para o site O Joio e o Trigo. A pauta proposta era sobre a distribuição de alimentos na cidade de Mambai¹⁹ e foi uma incrível oportunidade para apurar informações para o documentário. Além da bolsa para a reportagem, também contamos com o apoio financeiro de R\$ 1.000,00 oferecido pela coordenação do Núcleo de Estudos em Agroecologia da UnB.

Após os gastos com a produção da reportagem, e com um valor restante de R\$ 3290,00 em recursos arrecadados para custear equipamentos, transporte e alimentação da equipe, duas saídas de campo para filmagem foram realizadas em setembro e dezembro de 2019.

Figura 6: Tabela de gastos do documentário

| | |
|---|---------------------|
| Gastos pré-campo: | |
| Hd Externo 2tb | R\$ 400,00 |
| 2 Cartões 36gb | R\$ 140,00 |
| Saída de Campo 1 (4 dias): | |
| Transporte (combustível) em carro pessoal | R\$ 360,00 |
| Alimentação para equipe de 4 pessoas | R\$ 320,00 |
| Saída de Campo 2 (6 dias): | |
| Aluguel de Van para transporte da equipe e de entrevistados | R\$ 1.000,00 |
| Alimentação para equipe de 6 pessoas | R\$ 880,00 |
| Total | R\$ 3.100,00 |

Fonte: Mariana Santos

¹⁹ A reportagem produzida com o colega Victor Farias foi publicada em 19 de fevereiro de 2020 e está disponível no link: <https://ojoioetrigo.com.br/2020/02/alimento-forasteiro-mata-cultura-nativa-em-goias/>

Por fim, houve também um momento importante de articulação destinado ao planejamento das saídas de campo e marcação das entrevistas com as personagens.

3.2. Produção

Saída de Campo 1: 20 a 23 de setembro de 2019

A primeira viagem até Mambai (GO) foi destinada à gravação de entrevistas com: Oseias Dourado, gerente de convênios da Prefeitura de Mambai; Sandro Borges, analista ambiental do ICMBio e Santa Nogueira, agricultora. Também foi realizada a captação de imagens para planos de cobertura nos temas: estradas, assentamento, cidade, cerrado e educação.

Para essa saída de campo, também estava planejada a gravação de uma entrevista com o fazendeiro Luis Paraguai, dono de terras da Bahia e citado em algumas histórias por Dona Santa. Após conseguir o contato, liguei algumas vezes para confirmar a entrevista e cheguei a conhecer e conversar com o fazendeiro em seu escritório, mas quando entendeu que o objetivo era um trabalho de faculdade sobre conservação do cerrado na APA, ele não quis conceder uma entrevista em vídeo para a equipe.

“No cinema etnográfico, é raro o cineasta poder filmar conflitos entre os personagens documentados. (...) O conflito dramático no cinema etnográfico em geral é centrado nas tensões entre os seres humanos e a natureza, nas lutas cotidianas pela subsistência, e em como o homem tem que se adaptar às condições da terra em que vive” (PRELORÁN, p. 12, 1987).

O conflito em questão é a investida dos pivôs centrais e do uso intensivo de agrotóxicos pelas fazendas de monocultura da Bahia. Sendo assim, fizemos como Prelorán (1987) relembrou em seu texto e a alternativa encontrada foi apresentar o conflito sem personificar. São muitos os fazendeiros da região que destroem a natureza.

Durante estes dias, a equipe (Mariana, Isadora, Thales e Saulo) acampou no quintal da Dona Santa, uma das entrevistadas, e se hospedou no alojamento do ICMBio. Em contrapartida à parceria, a instituição convidou nosso grupo de estudantes em Comunicação Social para produzir uma oficina de educomunicação na escola no dia 21 de setembro de 2019.

Figura 7: Sala de aula do Colégio Estadual Sebastião Moreira da Silveira com os estudantes durante a Oficina



Créditos da foto: Mariana Santos

Baseados em premissas e conceitos de Comunicação Comunitária²⁰ (três estudantes do nosso grupo já haviam cursado a disciplina na Faculdade de Comunicação na UnB), a oficina de criação e edição de vídeos com celular contou com a presença de 20 estudantes de ensino médio do Colégio Estadual Sebastião Moreira da Silveira. A atividade contou com uma programação de dois turnos, leve e interativa, que buscou desenvolver empatia e curiosidades nos estudantes, além incentivar a reflexão sobre os aspectos socioculturais que circundam a vida dos jovens que moram na cidade de Mambai. Quatro vídeos²¹, filmados e editados pelos estudantes em seus celulares, foram produzidos ao final da oficina e reuniram temáticas propostas pelos próprios estudantes, como falta de água nos povoados vizinhos, obras não concluídas de um hospital da cidade e preservação do bioma cerrado.

UnB: 16 de outubro de 2020

²⁰ Prática de ações de comunicação baseadas na construção da noção de pertencimento local e no protagonismo das comunidades.

²¹ Os vídeos produzidos pelos jovens estão disponíveis no link:

https://drive.google.com/drive/folders/1yQWYOGksQ36XIVtgHNOzJiNj_ph7Cb8u?usp=sharing

Mariana, Isadora e Thales realizaram a gravação da entrevista com o professor Thomas Ludewigs no Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), na Universidade de Brasília (UnB).

Saída de Campo 2: 17 a 22 de dezembro de 2020

A última jornada da equipe (Mariana, Thales, Isadora, Rubens, João Henrique e Maíra) do “Cê é errado” até a APA Nascentes do Rio Vermelho foi dedicada às gravações de entrevistas com o agricultor Abel da Cruz e o guia turístico Gerly da Costa e imagens de ficção²² com as crianças Ana Livia e Geovana, de 10 e 9 anos. Além disso houve filmagem para planos de cobertura das fazendas de soja do oeste baiano, estradas, cerrado preservado e dos atrativos turísticos da Cachoeira do Funil e da Caverna da Lapa do Penhasco.

Figura 8: Dona Santa e Valdo, seu companheiro, mostrando as sementes do cerrado à equipe do documentário.



Créditos da foto: João Henrique Valadares

3.3. Pós-produção

A finalização do documentário “Cê é errado” consistiu primeiramente na catalogação de todas as imagens de preenchimento captadas em quatro viagens e na decupagem dos melhores trechos das seis entrevistas gravadas (em ordem: Oseias, prefeitura; Sandro, ICMBio; Santa, agricultora; Thomas, professor; Abel, agricultor; e Gerly, guia turístico).

²² Um termo de autorização de uso de imagens de menores de idade foi assinado pelo responsável das crianças.

Após isso, ocorreu um longo trabalho de 5 meses de edição em conjunto com o amigo e editor Saulo dal Pozzo para encaixar os trechos das entrevistas em uma ordem lógica para que o argumento do roteiro fique de fácil entendimento para o espectador. Uma etapa muito difícil foi filtrar as melhores falas e dispensar certos depoimentos importantíssimos trazidas nas mais de 5 horas de entrevistas gravadas. O sentimento de desapego com tantas informações coletadas foi compartilhado com o desabafo do documentarista Prelorán (1987):

“Quando volto com os rolos filmados, sento-me diante da mesa de montagem e dou início à segunda etapa, só que desta vez minha sensibilidade estética começa a aflorar. Agora a questão principal é como transformar o que documentei num fato artístico. Este exercício intelectual costuma ser muito mais extenuante, e consome muito mais tempo que as filmagens. O processo consiste em condensar o material para utilizar apenas o essencial: a síntese é minha meta pessoal” (PRELORÁN, p. 16, 1987).

Em paralelo ao processo de montagem, a identidade visual do projeto foi desenvolvida por André Duarte e Ana Clara Rabello. Utilizando as imagens gravadas como referência, a dupla escolheu fontes, criou uma paleta de cores e desenhou uma logomarca e ícones para peças de divulgação. A partir do projeto gráfico, foi possível aplicar cartelas de identificação, *letterings* de complemento e os créditos do filme.

Figura 9: Logomarca “Cê é errado”



Créditos: André Duarte e Ana Clara Rabello Ataídes

Nesta etapa, também criamos uma conta no Instagram ([@cerrado.doc/](https://www.instagram.com/cerrado.doc/)) e lançamos um teaser²³ para divulgar o projeto e disseminar os conteúdos produzidos.

O documentário “Cê é errado” ainda não está finalizado. A versão apresentada à banca de TCC é apenas o segundo corte do produto. Ainda está no planejamento para a pós-produção, em dezembro de 2020 e janeiro de 2021, trabalhar na redução da duração do filme para um novo corte de 20 a 25 minutos; realizar tratamento edição de som; inserir uma trilha sonora original que está sendo produzida por um compositor estudante de Música da UnB; colorir entrevistas e planos de cobertura; e produzir uma animação para a vinheta e outra com um mapa da localização da APA Nascentes do Rio Vermelho.

Por fim, uma última etapa a ser feita será a distribuição do documentário. O objetivo principal é realizar uma exibição do filme na cidade de Mambá (GO), no primeiro semestre de 2021, com a presença dos entrevistados e a comunidade local. Será um lindo momento de celebração!

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Produzir o “Ce é errado” se tornou muito mais que um trabalho obrigatório para concluir a faculdade. Foram dois anos de planejamento, pesquisas, trabalho em campo e em casa, intensa articulação de atores e muitos aprendizados acumulados. Tudo foi construído com a motivação de denunciar os abusos ambientais promovidos pelo agronegócio e pelas instituições de poder e mostrar para outros públicos a importância da preservação desta região tão importante para o Brasil, considerando o grande número de nascentes, a milenar estrutura geológica deste território e os saberes tradicionais envolvidos.

Foi um filme desenvolvido a partir da escuta das histórias das personagens. Assim, descobrimos sobre o ônibus que demora quatro horas para trazer as crianças de volta ao assentamento depois da escola, sobre o nível da água do Rio Buriti que está baixando devido à instalação dos pivôs das fazendas da Bahia²⁴ e sobre os casos de trabalhadores doentes devido à contaminação por manuseio de agrotóxicos. Os relatos permeiam a violação de direitos socioambientais, como o acesso à água e à assistência técnica, e trazem a preocupação com os modelos de desenvolvimento adotados pelo agronegócio.

²³ Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1JjIO-Pg5SGiX32QIbk5tmX2ncShzW3aK/view?usp=sharing>

²⁴ A questão dos pivôs talvez ainda seja uma das mais delicadas. Para um documentário, o relato das personagens já é o bastante para acreditar no prejuízo dessas construções. Porém, devido à falta de investimentos em pesquisa nas universidades, ainda não há constatação científica da quantidade de água dos rios que diminuiu nos últimos anos devido à instalação dos pivôs.

Durante o contato com as personagens, seguimos um pouco dos pressupostos do cinema etnográfico para contar essa história. Jorge Prelorán (1987) defende que, para trabalhar com o gênero, são necessários conhecimentos sociológicos e antropológicos para poder entender melhor sobre “os problemas intrincados desta civilização” e os fios sutis que a movimentam, além de ressaltar os valores culturais dos povos protagonistas.

O processo de construção deste documentário foi marcado pela proximidade com os sujeitos e personagens em questão. Um grande exemplo é a querida Dona Santa, agricultora e assentada, que abriu sua casa e seu quintal para a equipe dormir durante as gravações. Ela nos ofereceu casa, comida²⁵ e carinho, compartilhou conosco seus saberes agroecológicos na frente e atrás das câmeras e nos concedeu depoimentos sobre os desafios de ser mulher, agricultora, semi-analfabeta e uma das principais lideranças da comunidade.

Ter sensibilidade e envolvimento sincero com as histórias das personagens foi imprescindível no nosso processo de produção. Sobre este assunto, Prelorán (1987) comenta:

“É como se o cineasta e o espectador fossem aprendendo pouco a pouco algo sobre as pessoas filmadas, e a experiência de aprendizagem se tornasse tão interessante como o próprio filme. Propicia também o ritmo e a cadência corretos, pois a motivação do cineasta deriva de seu envolvimento com os acontecimentos que estão sendo filmados. Creio que esta abordagem me interessa também por ser a mais humilde, a menos ego e etnocêntrica, pois exige um compromisso total com os protagonistas, e não com a visão e o desejo do cineasta” (PRELORÁN, p. 14, 1987).

Alguns integrantes da equipe nunca tiveram a oportunidade de conhecer assentamentos da reforma agrária, muitos também não tinham familiaridade com o conceito de agroecologia e nem haviam interagido anteriormente com comunidades de produtores da agricultura familiar. Sendo assim, as vivências que o Nordeste Goiano nos proporcionou experienciar e conhecer simbolizaram inesquecíveis momentos de troca e aprendizados entre a equipe de filmagem e as personagens entrevistadas.

Nossa equipe ouviu histórias, comeu da mesma comida e compartilhou dos mesmos sonhos com os entrevistados. Desenvolvemos uma relação de respeito e admiração pelos moradores de Mambai e guardiões da APA. Com Gerly, fizemos trilhas pouco visitadas em cavernas embaixo da terra e com a Dona Santa ficamos acampados no seu quintal, comemos galinha caipira, os legumes de sua agrofloresta e os feijões da “roça de esgoto”. Estivemos lá para filmar alguns costumes de plantio tradicional que estão infelizmente desaparecendo.

Assim, ficou ainda mais evidente nosso papel como comunicadores e documentaristas. No nosso caso, considero que somos meros tecnocratas que tiveram o privilégio de aprender,

²⁵ Logicamente, a produção do documentário contribuiu financeiramente pelos serviços oferecidos pela agricultora

na Universidade de Brasília e em outras vivências pessoais, o uso dos equipamentos e das tecnologias de comunicação. Portanto, é nossa função na social registrar, compartilhar e divulgar para outros grupos da sociedade as histórias e saberes de quem realmente merece valorização e respeito neste mundo que beira à destruição: os povos do cerrado.

“Cê é errado” vem para questionar o papel do ser humano em sua profunda relação, em alguns casos destrutiva, em outros protetiva, de interação com a natureza. Trabalhamos aqui com duas visões de mundo: de um lado, quem protege; e do outro, quem destrói. Porém, entende-se também que este mundo não é totalmente dual. Entre quem protege e quem destrói, existem diversos atores que fazem suas próprias escolhas diárias, individuais, coletivas e políticas. São inúmeras as pessoas aptas a serem mobilizadas e conscientizadas.

Contudo, outras pessoas não têm nem a opção de escolher. Dona Santa e Seu Abel, por exemplo, não puderam escolher entre ter ou não uma educação de qualidade para eles mesmos ou para suas famílias. Proteger o cerrado também não é uma escolha para eles, é uma missão diária. Por viverem na roça e precisarem da terra para se alimentar, eles entendem a importância de cuidar e guardar nossas águas, florestas e biodiversidade.

Incontáveis são as pessoas que moram na cidade, não interagem diretamente com o cerrado, estão consumidos por ambições egoístas e materiais e não percebem a importância de minimamente respeitar a natureza e o futuro das próximas gerações. Para conscientizar melhor as pessoas, compartilhar conteúdos pertinentes e pressionar o sistema financeiro capitalista e hegemônico é crucial. É dever do Estado fiscalizar os absurdos promovidos pelo agronegócio e pelas grandes corporações e investir em alternativas de educação ambiental e produção de alimentos saudáveis. Para isso, o principal exemplo trazido no documentário são as práticas desenvolvidas pelos Núcleos de Estudos em Agroecologia das universidades federais.

A produção de um documentário como o nosso é uma forte estratégia de comunicação para o movimento da agroecologia. Ações de comunicação são recursos fundamentais nos processos de mobilização de redes de ação e no registro de boas práticas que podem ser adaptadas e reproduzidas em outras comunidades. Comunicar para transformar (Peruzzo, 2016) quer dizer apropriar-se de meios e formas de comunicação para fazer valer os direitos e deveres de cidadania dos segmentos empobrecidos da população e, simultaneamente, exercitar a comunicação como um direito humano.

A comunicação é considerada, dentro do movimento da agroecologia, uma importante forma de construção de conhecimentos e ampliação dos diálogos entre campo e cidade: “Em tempos de imensos desafios na construção diária do fazer agroecológico, o audiovisual tem cumprido um papel essencial, seja enquanto ferramenta pedagógica na luta pela defesa dos

territórios, ou como potencializador de diálogos e trocas de saberes para a construção de relações justas e igualitárias entre o ser humano e o meio ambiente²⁶”.

Para os espectadores da cidade, além de se informar com conteúdo da nossa história, desejamos que eles se sintam motivados a fortalecer as iniciativas de turismo comunitário; a valorizar ainda mais os saberes dos verdadeiros guardiões do cerrado; a abraçar a alimentação saudável e agroecológica; e a exigir mais responsabilidade das instituições brasileiras na elaboração de políticas de proteção ambiental.

Aos espectadores do campo, o filme é uma homenagem a vocês! Como já citado na página 32, sobre a divulgação do projeto, temos o propósito de realizar uma exibição pública do documentário em Mambai no primeiro semestre de 2021. A ideia é proporcionar a oportunidade para que as personagens se vejam retratadas na tela e promover a empatia da população do município com a pauta dos produtores rurais, firmando a crítica ao agronegócio que tanto avança pelo Cerrado.

A luta pela conservação do cerrado e dos saberes de seus guardiões permanecerá depois da produção do “Cê é errado”. A revolução agroecológica é extremamente possível e necessária para o Planeta Terra, mas ela só acontecerá depois que o modelo de desenvolvimento econômico e ambiental proposto pelo grande capital for reconfigurado e depois que o ser homem entender verdadeiramente que somos parte viva e atuante desse ecossistema.

5.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3a Ed. Ver. Ampl. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e Terra de Direitos. Cartilha Nossos conhecimentos sobre a sociobiodiversidade: salvaguardando uma herança ancestral. 2020.

ATAIDES, Ludimila Lelis. Políticas públicas no território da cidadania do Vale do Paranã - GO. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

²⁶ Fonte: Chamadas para o Festival Internacional de Cinema Agroecológico do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, 2019. <http://www.cbagroecologia.org.br/p/ficaeco.html>

CARVALHO, G. L. Entre a pobreza econômica e o patrimônio ambiental/cultural: desafios e possibilidades do turismo no Nordeste Goiano. In: VIII Encontro Nacional de Turismo com base local, 2004, Curitiba. Anais do VIII Encontro Nacional de Turismo com base local. Curitiba: Unicenp e UFPR, 2004.

CASTILHO, Alceu Luis; BASSI, Bruno e VENDRAME, Fábio. O controle de terras por estrangeiros no Brasil: Programa geopolítico, aspectos legais e macro-tendências. De Olho nos Ruralistas e Friedrich Ebert Stiftung Brasil. Análise nº 35, 2017.

COUTINHO, Elen da Silva; GERMANI; Guiomar Inez; OLIVEIRA, Gilca Garcia de. Expansão da Fronteira Agrícola e suas Relações com o Trabalho Análogo a de Escravo no Nordeste da Bahia. *Brasiliana –Journal for Brazilian Studies*, v. 2, n. 2, 2013.

DANIEL, Taunay et al. A epistemologia, o documentário e o papagaio: elementos para análise de documentários da vida selvagem. 2009.

DELGADO, Guilherme C. Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

FERREIRA, G F M. Extensão universitária em assentamentos rurais de Mambá, GO: aprendendo, construindo e vivendo o projeto Realidade. Projeto final do curso de graduação em Ciências Ambientais –Consórcio IG/ IB/ IQ/FACE-ECO/ CDS –Universidade de Brasília. Brasília –DF, 2015.

GRANDO, R. L. S. C. O Momento de plantar e o momento de colher: Estudo etnoecológico na Vila do Forte, Vão do Paranã - Goiás. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

GOUZY, C. A.; BARRETO, C. G. ; BROOM, Z. A. ; SCATOLINI JUNIOR, O. ; Carvalho, B.S; ASSIS, J.F ; RIBEIRO, R.G ; SERRA, M. S. Expectativas e percepções sobre os impactos da metodologia de construção da capacidade criativa em duas comunidades rurais. *Revista Brasileira de Agroecologia (Online)*, 2019.

GUÉNEAU, Stéphane et al. Construção social dos mercados de frutos do Cerrado: entre sociobiodiversidade e alta gastronomia. *Século XXI: Revista de Ciências Sociais*, v. 7, n. 1, p. 130-156, 2017.

GUIDO, Lúcia de Fátima Esteirinho; BUZZO, Cristina. Apontamentos sobre o cinema ambiental: a invenção de um gênero e a educação ambiental. In: *Rev. Eletrônica Mestrado em Ed. Ambiental*. ISSN – 1517 – 1256, v. 27, julho a dezembro de 2011.

ICMBio, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais, Princípios e Diretrizes, 2018.

Instituto Socioambiental (ISA). Agenda Socioambiental no Congresso: Guia de Consulta. Organização: Márcio Santilli et al. Brasília, 2020.

KLINK, Carlos A.; MACHADO, Ricardo B. A conservação do Cerrado brasileiro. *Megadiversidade*, v. 1, n. 1, p. 147-155, 2005.

MIRANDA, Suzane Aparecida Moraes. Uso e ocupação do solo na APA das nascentes do Rio Vermelho: conflito socioambiental em Mambai - GO. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia). Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

MMA, Plano de Manejo. 2020. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/plano-de-manejo.html> Acessado em: 25 de outubro de 2020.

PERUZZO, Cícilia M. Krohling. Comunicar para transformar. *Agriculturas*, v. 13 - n. 1, 2016.

PRELORÁN, Jorge. Conceitos étnicos e estéticos no cinema etnográfico. *Caderno de Textos de Antropologia Visual*. Rio de Janeiro: Museu do índio, p. 8-20, 1987.

TAVARES, Inara do Nascimento. Terra, água e sementes: Do corpo território das mulheres indígenas a uma concepção de soberania alimentar. In: *Mulheres e soberania alimentar: sementes de mundos possíveis* - Rio de Janeiro: Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), 2019.

TORREZAN, Rosiane Moraes. Educação popular e pesquisa qualitativa: considerações sobre a utilização dos métodos da pesquisa-ação e da pesquisa participante na educação. Universidade Estadual Paulista, 2012.

TRINDADE, Hiran de Gusmão. Populações tradicionais e conflitos socioambientais no cerrado: o caso do complexo de unidades de conservação de Terra Ronca-GO. Universidade de Brasília, 2016.

Revista Darcy, 2019. Revista de Jornalismo Científico e Cultural da Universidade de Brasília. Nº 21, janeiro a março de 2019.

SANTILLI, Juliana. Conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade: elementos para a construção de um regime jurídico sui generis de proteção. Diversidade biológica e conhecimentos tradicionais. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

SANTILLI, Juliana. Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores. Editora Peirópolis LTDA, 2009.

SCHOTTZ, Vanessa; SILVA, Emília. In: Mulheres e soberania alimentar: sementes de mundos possíveis - Rio de Janeiro: Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), 2019.

SOUZA, Cláudia de. Nos interstícios da soja: resistências, evoluções e adaptações dos sistemas agrícolas localizados na região do Refúgio de Vida Silvestre das Veredas do Oeste Baiano. Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

WELLE, Janaína et al. Documentário e meio ambiente no Brasil: uma proposta de leitura ecologizante. 2015.